



**Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE LAGOA – AÇORES, DE 7 DE SETEMBRO DE 2011**

**ACTA Nº 04/2011**

Aos sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que cumprimentou e desejou boas-vindas a todos os Membros da Assembleia, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Procedeu de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Pedro Miguel da Silva Monteiro e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D' Oliveira Ramos, Durval Carlos Almeida Faria, Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes e assistiram à sessão a Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Lagoa, Dra. Elisabete Pacheco, a Chefe de Gabinete, Dra. Odete

Cabral e a Adjunta, Dra. Verónica Almeida, do Gabinete de Apoio Pessoal do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite, por unanimidade.

O membro Roberto Oliveira referiu que a acta, só hoje, lhe foi disponibilizada e não teve tempo de a ler. Em sua opinião, devia-se alterar esta situação, porque ao fim de dois meses, já não se lembra na íntegra do que se passou, e sugeriu que a acta passasse a ser enviada, quinze dias, após a realização da sessão, porque assim, têm ainda presente o teor dos assuntos e podem pedir para alterar alguma coisa, se acharem menos bem.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que não haverá inconveniente, da acta ser disponibilizada com alguma antecedência e isso será tomado em consideração.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da terceira sessão ordinária, do dia 6 de Julho de 2011.

A acta foi aprovada, por unanimidade, dos vinte membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 7 de Julho a 7 de Setembro de 2011 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Norberto Carlos Cordeiro Ponte e Albertina Maria da Costa Oliveira, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 7 de Setembro de 2011.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

#### **PROPOSTA - ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE PESAR A FERNANDO SOUSA HENRIQUES:**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o Voto de Pesar, que abaixo se transcreve:

"Venho propor à Assembleia Municipal de Lagoa a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro Fernando Sousa Henriques, que sempre revelou grande estima pelo nosso Concelho e que desinteressadamente abraçou causas sociais de grande relevância para a Lagoa.

Recordamos Fernando Sousa Henriques como uma pessoa empenhada e de grande profissionalismo e realçamos a maior proximidade que, nos últimos anos, este manteve com o Concelho de Lagoa, sendo um distinto membro do Lions Clube de Lagoa, instituição onde chegou a assumir funções de Presidente da Direcção. Como membro deste movimento esteve envolvido em várias actividades de natureza social e cultural, dentro e fora do Concelho de Lagoa, apostado em contribuir para a melhoria das condições de vida da nossa população, sobretudo a mais jovem, e em projectar o bom nome deste Concelho.

Fernando Sousa Henriques era uma pessoa de grande educação, muito dinâmica, com uma atitude sempre positiva no seu dia-a-dia e será sempre com grande simpatia que o recordaremos, por isso, foi com grande consternação que tomamos conhecimento do seu falecimento e enviamos à família enlutada as mais sinceras condolências.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

#### **VOTO DO PROTESTO - FUNCIONAMENTO DA RTP – AÇORES:**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o Voto de Protesto, que abaixo se transcreve:

“Há muito que o serviço público da rádio e televisão portuguesa vem sendo um conceito muito discutido, alvo de muitas opiniões e até divergências em relação àquilo a que deve corresponder. Nos Açores, não tem sido diferente mas, o anúncio feito pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, foi seguramente a definição mais violenta e atroz alguma vez dada a conhecer.

Reduzir a emissão da RTP – Açores a 4 horas ou, compactar a produção regional a essas 4 horas, conforme foi explicado mais recentemente pelo Governo da República, é em qualquer das formas uma atitude de arrogância e centralismo que fere o respeito pela autonomia e pelos órgãos de soberania locais.

A separação geográfica e as particularidades culturais e históricas entre as 9 ilhas dos Açores são por si justificativas de um serviço público nos Açores. A RTP - Açores é um elemento fundamental da autonomia, uma conquista dessa mesma autonomia, um instrumento de coesão e unidade entre aqueles que residem no Arquipélago e os milhões de emigrantes espalhados pelo mundo.

A necessidade de reduzir despesas e poupar não pode ser negligente. Uma maior rentabilidade e racionalidade de meios são seguramente instrumentos de gestão mais adequados e que devem estar na base da reestruturação do serviço público.

A falta de sensibilidade do Governo da República, a falta de diálogo com as instâncias do poder regional e o desconhecimento da realidade dos Açores por comparação com as zonas desertas do interior do país, são atitudes que repudiamos e que nos opomos.

Face ao exposto:

Proponho a atribuição de um Voto de Protesto ao Governo da República pelo anúncio descuidado que realizou em relação ao funcionamento da RTP – Açores e por descurar o papel identitário cultural e informativo que este órgão de comunicação social representa para os Açores e para todos os Açorianos no Mundo.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 6 (seis) abstenções dos membros: Paulo Jorge Borges; André Almeida; Francisco Vieira; Rodolfo Silva; Roberto Oliveira e António Augusto Borges, dos vinte membros presentes, aprovar o Voto de Protesto apresentado.

### **ASSUNTOS DIVERSOS:**

O membro Roberto Oliveira deu as boas noites a todos os presentes e expôs o seguinte:

Nos últimos tempos muito se falou, na imprensa, sobre o fecho da Escola dos Remédios e entendeu que também deveria abordar este assunto, nesta sessão. Opinou, que toda a gente percebeu o porquê do fecho da Escola dos Remédios, mas também não podemos menosprezar as pessoas que defendem o contrário. Entre várias opiniões que ouvi da população há uma que lhe disse tudo e era essa que queria transmitir nesta Assembleia Municipal. Houve um pai que lhe disse, “nós sabemos que a evolução é assim mesmo, nós sabemos que isto ia acontecer, só queríamos que fizessem uma reunião connosco ou a Câmara Municipal ou a Direcção da Escola que tutela a ex-Escola dos Remédios e ultrapassávamos facilmente o assunto”. Eles disseram que o que mais lhes custou foi ter ouvido todo o processo pela imprensa.

Disse ainda que também queria fazer menção a um tema, que considera importante, estamos no fim do Verão e o Concelho de Lagoa foi fértil em Festas. As Festas de Santo António; a Corrida mais Louca, realizada na Caloura; a Festa de Nossa Senhora dos Anjos; o Cortejo Etnográfico; as Festas da Ribeira Chã; a Noite de Fados; as Festas da Vindima; o Festival de Verão no Cabouco e as Festas da Juventude no Rosário e referiu que foram Festas realizadas no Concelho, todas elas com muito valor e acha muito bem, porque o homem quando fez a Sociedade para viver, também a fez para se divertir. Expôs que houve, em sua opinião, e desde já uma crítica directa à Câmara Municipal de Lagoa que, com certeza será na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, foi falta de critério na atribuição de subsídios. Quando se anuncia que a Festa da Caloura teve um orçamento de 18.000,00 € e não está referindo que esse valor não é muito nem é pouco, só que a Festa de Santo António e a Festa de Água de Pau que são os maiores cartazes de raiz popular do Concelho de Lagoa e com um cartaz de âmbito de Ilha, não chegou nem de perto nem de longe, a esse valor, pelo que, há falta de critério na atribuição de subsídios.

Acrescentou que todas as Festas são importantes para o Concelho de Lagoa e para a sua população, mas há umas que têm um cariz mais profundo do que outras. Há Festas que devem de ser vistas de maneira diferente, que nunca irão acabar e há outras que serão, possivelmente, substituídas e nisso também há uma demagogia do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, porque, o ano passado, disse que as Festas eram para acabar. Quando se utiliza numa Festa, que foi anunciada que se acabava, um orçamento de 18.000,00 €, está-se a faltar à verdade, está-se a dizer para a opinião pública uma coisa e na realidade faz-se outra. Salientou que utilizar 18.000,00 € e justificou que fala muitas vezes nos 18.000,00 €, porque é o único orçamento público que conhece, quando não houve dinheiro o ano passado para a iluminação de Natal, para se continuar a fazer Festas destas, não pode concordar e esta é uma crítica directa à Câmara Municipal de Lagoa, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara. Concluiu, dizendo que tudo isto tem que ser visto e da sua parte foi visto e apresenta nesta Assembleia Municipal e, em sua opinião, tudo isto é uma governação com o intuito eleitoral.

O membro Paulo Jorge Borges deu as boas noites a todos os presentes e referiu que gostava de solicitar alguns esclarecimentos.

Dirigiu a palavra ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e disse que na última sessão já tinha notado e nesta voltou a notar, na ordem de trabalhos, só estão referenciados os pontos com os assuntos para analisar, não existe um outro ponto que costumava ter - Outros Assuntos. Alertou que seria conveniente que isso não fosse esquecido e para lembrar a quem prepara o agendamento das sessões, para fazer o favor de não se esquecer disso, porque é importante.

Apresentou os seguintes pedidos de esclarecimentos:

- Gostava que a Câmara Municipal esclarecesse quem foi o responsável pelas obras no Campo de Jogos da Ribeira Chã;
- Gostava de saber também, face ao aumento da insegurança que tem havido na Ribeira Chã, com assaltos à Escola e afins, que diligências o Executivo Camarário tem tomado, junto de quem tem responsabilidades nessa área para evitar, minimizar ou mitigar essas situações.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes na Assembleia Municipal e respondendo ao membro Roberto Oliveira, informou o seguinte:

Em relação ao fecho da Escola dos Remédios, apesar de não ter sido feita qualquer questão, referiu que vai fazer duas ou três considerações, sendo certo que não está em causa as razões do fecho da Escola, porque estas são indiscutíveis, pelo menos, na sua perspectiva, e dizer que da parte da Câmara Municipal de Lagoa ninguém menosprezou as opiniões das outras pessoas.

A Câmara Municipal de Lagoa não menosprezou as opiniões de ninguém, aliás neste processo, tal como no processo da Escola da Atalhada, onde na altura já era o Presidente da Câmara Municipal, foi insultado por algumas pessoas e a posição da Câmara Municipal tem sido defender aquilo que é melhor para as pessoas.

Acrescentou ainda o Senhor Presidente da Câmara que não foi correcto, aquilo que o membro Roberto Oliveira disse, pelo menos por parte da Câmara Municipal. Já foi confrontado por uma série de populares nos Remédios, sobre esta matéria que lhe pediram ajuda e disse que ia ajudar mas na defesa das crianças e não naquilo que entendem. A Câmara Municipal esteve sempre neste processo, de forma coerente.

Neste caso em concreto, como sabe, a competência do fecho ou não das Escolas é do Governo Regional, a Câmara Municipal de Lagoa foi auscultada, tendo havido concordância por parte da Autarquia. Todo o processo inerente ao encerramento de escolas é tratado pelos Conselhos Executivos que comunicam aos pais qual é a intenção. Pelo conhecimento que tem do processo, julga que não é verdade e também não é correcta a afirmação, a dizer que os pais tiveram conhecimento pela imprensa.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que também não concorda com o membro Roberto Oliveira, em relação à avaliação que fez sobre as Festas.

Começando pelo fim, se nós fizéssemos Festas com o objectivo eleitoral, não acabávamos com as Festas, ou seja, se o povo gosta de Festas não acabamos com as Festas, fazíamos mais Festas. Se nós reduzimos e terminamos com Festas fica provado que não é com objectivos eleitorais.

Expôs que também não é verdade que há falta de critério na atribuição de subsídios. Explicou que é preciso perceber que muitas dessas Festividades ou desses Eventos Culturais foram promovidos pelas Juntas de Freguesia que sabem, antecipadamente, com o que é que contam. Cada Junta de Freguesia teve no Orçamento deste ano, 5.000,00 € para promoção das suas Actividades Culturais e a Festa de Santo António, na Freguesia de Santa Cruz, teve um apoio adicional, considerando o interesse Municipal, que o Município vê nesta Festa, por isso houve uma discriminação positiva, ou seja, utilizou-se um critério de equidade.

Sobre o Festival do Mar na Caloura, disse, pena é que outros Municípios não tenham transparência como o Município de Lagoa tem, em dizer quanto custa os seus orçamentos.

Às vezes verifica que algumas Instituições anunciam orçamentos e fica com dúvida, face ao cartaz que apresentam. A Câmara Municipal de Lagoa também já organizou Festas com outra dimensão e sabemos quanto é que custa um Festival desses. No Festival do Mar, o orçamento foi público, teve um co-financiamento da Secretaria Regional da Economia de 2.500,00 € e custou à Câmara Municipal de Lagoa cerca de 16.000,00 €.

Acrescentou que pode depreender que com essa posição, o membro Roberto Oliveira é contra aquela Festa e é contra aquilo que é promovido em Água de Pau, o que lhe estranha muito, sendo um grande Pauense e que defende muito Água de Pau, mas terá a oportunidade de esclarecer esta questão.

Mais informou que o que foi anunciado foi que a Câmara Municipal acabou com a Festa da Juventude, era um Festival que pelo cartaz que tinha e por aquilo que lhe era associado tinha orçamentos perfeitamente inoportunos, nesta nova fase do Poder Local. Também foi reduzido significativamente e acabamos com a Festa do Pescador que tinha orçamentos fora deste contexto, ou seja, aquilo que foi dito foi cumprido. Entende que os Festivais que têm sido promovidos pelas Juntas de Freguesia, ou as Animações Culturais, também são importantes e como disse na sua introdução, obviamente, tudo tem de ser feito com as receitas disponíveis e com as disponibilidades das Juntas de Freguesia, por isso não pode concordar com aquilo que disse e misturar isso com a iluminação do Natal, também julga que não faz sentido.

Em sua opinião, a iluminação de Natal não faz sentido, foi um americanismo que foi importado dos EUA. Quando chegou à Câmara Municipal de Lagoa já se iluminava as fachadas dos Paços do Concelho, mas quando teve a oportunidade de acabar, acabou.

Fazer eventos que promovem os nossos Grupos, a nossa cultura e as nossas tradições, isso é extremamente importante. Todos os Festivais que foram realizados este ano, no Concelho de Lagoa e não têm registo de qualquer grupo importado do Continente, foram todos realizados com a “Prata da Casa” e se não tivermos oportunidade de promover aquilo que existe no nosso Concelho e, erradamente, ao longo de alguns anos, não os esquecemos, mas se calhar não promovíamos como deveríamos ter promovido, isso aí, é que é uma política errada em termos culturais.

Sobre as questões colocadas pelo membro Paulo Jorge Borges, informou o seguinte:

- As obras do Campo de Jogos do Polidesportivo da Ribeira Chã foram promovidas pela Empresa Municipal de Lagoa, no âmbito da delegação de competências que foi feita pela Câmara Municipal de Lagoa, da gestão dos Polidesportivos, naquela Empresa Municipal.
- Em relação aos assaltos na Ribeira Chã informou que teve conhecimento dessa situação pela Presidente da Junta de Freguesia e obviamente que estamos preocupados, também acredita que a PSP está a diligenciar essas ocorrências. Disse que vai ter a oportunidade de

dizer amanhã, na reunião do Conselho Municipal de Segurança, que estamos muito satisfeitos com a forma de actuação do novo Comando da PSP e com os resultados obtidos. Temos que acreditar que nesta fase reclamar mais meios, seria utópico, temos de gerir bem aquilo que temos, os cidadãos têm que ser mais activos e têm que denunciar e vamos aguardar que a PSP e os Tribunais façam o seu trabalho.

O membro Roberto Oliveira pediu a palavra para direito de defesa. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que ele não gostava de Festas e defendeu que gosta de Festas, aliás o Senhor Presidente da Câmara sabe disso, quando discursa, vê-lo sempre a assistir, normalmente, está sempre presente e gosta de todas as Festas. Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal gosta de todas, menos do Natal.

Expôs que toda a gente depreende que aquelas Festas que são de índole religioso ou de organização popular, os seus orçamentos directos são sempre menores do que as Festas de iniciativa pública e isso é notório.

O membro Paulo Jorge Borges, referiu que perante as respostas que lhe foram dadas, agradece os esclarecimentos, espera que a PSP continue a actuar como tem feito, sempre louvaram a actuação da PSP do Concelho de Lagoa e pediu apenas esclarecimentos para saber o que a Câmara Municipal de Lagoa, que normalmente se diz preocupada, o que é que andava a fazer.

Quanto ao Campo de Jogos ficou esclarecido. Referiu que aproveitando as pessoas que estão presentes nesta sessão, pena que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã não esteja, é que haja uma maximização de recursos, porque o Campo de Jogos foi arranjado, não há muito tempo, e agora para as Festas da Noite de Fados foram abertos buracos num Campo que estava arranjado e que ainda não tem seis meses e, em tempo de crise, era bom que se fosse rentabilizar e maximizar. É uma sugestão que deixa em tom de crítica construtiva para que não seja mal interpretado.

Acrescentou ainda o membro Paulo Jorge Borges, quanto ao aproveitarmos os nossos valores, acha muito bem, por enquanto não sabe se há Ganadaria aqui no Concelho de Lagoa, mas foi um aparte que deixa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal dirigiu a palavra ao membro Roberto Oliveira e referiu que não disse que não gostava do Natal, acha que o Natal é a Festa por excelência da família, deve de ser celebrado em casa, há os convívios que são promovidos pela Santa Casa da Misericórdia e que vai sempre, com muito gosto, e espera que seja promovido este



ano, as Juntas de Freguesia também fazem, mas é a Festa por excelência da família. Quando os Municípios estão com dificuldades, não podem estar a gastar dinheiro com iluminação decorativa, não está arrependido desta decisão, para o próximo Natal já ninguém se lembra disso e é uma situação que não faz falta.

Voltando ao assunto anterior, gostaria de dizer o seguinte, não falou nas Festas Religiosas de propósito, mas já que o membro Roberto Oliveira insistiu, referiu que a Câmara Municipal, antes de assumir a Presidência, nunca atribuiu qualquer apoio às Festas Religiosas promovidas pelas Paróquias, passou a atribuir, em 2005, reconhecendo o contributo que também têm em termos culturais. A Câmara Municipal dá um apoio simbólico, mas não se substitui àquilo que são as outras fontes de financiamento, que sabemos que numas paróquias são mais importantes do que noutras. O apoio que a Câmara Municipal de Lagoa atribui às Paróquias mais pequenas, no valor de 1.125,00 €, é determinante para a contratação de uma ou duas Filarmónicas para a procissão, são Paróquias pequenas e com poucos recursos e essa questão não é tão importante, como para a Festa de Nossa Senhora dos Anjos ou de Nossa Senhora do Rosário ou até do Cabouco, porque as pessoas contribuem. Esclareceu ainda que não lhe parece que possam ser criticados por isso, são Festas Religiosas promovidas pela Paróquia e que as Paróquias devem fazer em função das receitas que têm e nessa matéria têm tido critério.

Em relação à exposição do membro Paulo Jorge Borges disse que a Noite de Fados foi um grande evento, que muito prestigia o Concelho de Lagoa e a Freguesia da Ribeira Chã, foi promovido pelo sexto ano consecutivo e sempre foi feito da mesma maneira. Por razões de segurança, pois o nosso clima, como sabem, é muito instável, as previsões eram de bom tempo para o fim-de-semana mas depois a Protecção Civil lançou um aviso de alerta que havia chuvas e ventos e a tenda teve que ser afixada ao chão e isso só se faz com furos, agora o que foi feito não afectou em nada a utilização daquele Campo como Polidesportivo. Mais informou que aquela Noite de Fados é um evento que tem um cartaz que vai continuar e foi dito lá por pessoas insuspeitas que é seguramente dos melhores Festivais, das melhores Noites de Fado que se faz no País. Não é por causa de meia dúzia de furos que vamos por em causa isso, agora há sempre algumas “ovelhas ranhosas” em todas as freguesias que são sempre contra tudo o que se faz na freguesia.

O membro Paulo Jorge Borges esclareceu que tem medo quando fala porque depois as suas palavras são às vezes fortemente, não sabe se propositadamente, se advertidamente, deturpadas. Quando falou não fez qualquer avaliação do evento em causa, por isso na resposta que o Senhor Presidente da Câmara lhe deu, julga que foi desnecessário falar do evento e também dizer que existe “ovelhas ranhosas” é um aparte desnecessário. O que

quis dizer apenas, foi um alerta, feito no sentido de maximizar recursos, não está em causa a qualidade do evento, se é bom ou se é mau e não está em causa as razões de segurança, há que ter em atenção essas situações no futuro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que só quis explicar à Assembleia Municipal que teve a oportunidade e o gosto de participar, a importância e a qualidade do evento e para não se reduzir este evento a meia dúzia de furos. A questão de aproveitar para maximizar recursos, não está a perceber para “maximizar recursos” e pediu ao membro Paulo Jorge Borges para concretizar melhor o que quer dizer.

O membro Paulo Jorge Borges disse que se o Senhor Presidente da Câmara quiser, no fim da sessão explica, para não maçar as pessoas presentes nesta sessão da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

#### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Camarária, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO Nº 2 – PROPOSTA – COMISSÃO CONSULTIVA DE ACOMPANHAMENTO DAS INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE LAGOA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre a Comissão Consultiva de acompanhamento das intervenções no património imóvel do Município de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, o património arquitectónico e cultural retrata a história e a identidade cultural de um povo e nessa medida constitui também um importante veículo de promoção turística e de valorização histórica para um Concelho;

Considerando que, o património não pode ser encarado apenas do ponto de vista científico, nem como mero recurso económico do qual interessa apenas tirar o máximo proveito num curto espaço de tempo, mas pelo contrário, deve ser visto como um eixo potenciador do

desenvolvimento cultural e social, com reflexos a médio e longo prazo no tecido económico de um concelho;

Considerando a riqueza que o Município de Lagoa patenteia ao nível do património arquitectónico e cultural e as intervenções que nele são efectuadas, quer por entidades públicas, quer por particulares, face à necessidade de proceder-se a obras de melhoramentos e beneficiações;

Considerando a crescente preocupação com a preservação do património cultural, histórico e arquitectónico, apostando na recuperação dos velhos traços da nossa história e memória colectiva, sendo que, esta é uma realidade que já se converteu numa obrigação e numa orientação quotidiana;

Considerando que, a Lagoa não sendo excepção nos Açores, detém imóveis de grande valor simbólico, carregando os valores que espelham a sociedade em que se inserem e que constituem bonitos exemplares arquitectónicos, muito deles passíveis de serem classificados.

Assim, proponho à Câmara Municipal, a criação de uma Comissão Consultiva que vise o acompanhamento das intervenções a serem efectuadas no património, tendo em conta a proposta apresentada na Assembleia Municipal do Concelho, em sessão ordinária de 14 de Abril de 2011;

Esta Comissão, de carácter consultivo, emitirá recomendações e pareceres e acompanhará as obras de relevância patrimonial executadas pela Câmara Municipal, por particulares, a pedido do Município ou por iniciativa da própria Comissão.

A Comissão será constituída pelos seguintes elementos:

- Pedro Manuel Bernardo Matos;
- Andreia de Moraes Lobo Delfim;
- Luís Filipe Vasconcelos Franco;
- Três membros da Assembleia Municipal;
- Um representante do Instituto Padre João José Tavares.

Cabe a esta Comissão aprovar o respectivo regimento, de modo a regular o seu funcionamento.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os três membros da Assembleia Municipal para integrarem a referida Comissão fossem um membro de cada partido político representado nesta Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Francisco Vieira e Cláudia Galego a proposta que leu e abaixo se transcreve:

"Proposta

Comissão Consultiva de Acompanhamento das Intervenções no Património Imóvel do  
Município de Lagoa

Representantes da Assembleia Municipal na referida Comissão:

- Deputado Vasco Garcia;
- Deputado Roberto Oliveira
- Deputada Susana Goulart.”

O membro Roberto Oliveira referiu que, em sua opinião, deveria integrar nesta Comissão um elemento da Câmara Municipal de Lagoa que seria um interlocutor directo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que faz parte desta Comissão dois Técnicos da Câmara Municipal e quando for preciso um elemento do Executivo Camarário o mesmo poderá ser convocado e estará presente.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Designar os seguintes membros para integrarem a referida Comissão:

- Susana Maria Goulart Pereira da Costa;
- Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia;
- Roberto Manuel Sousa Oliveira;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

### **PONTO Nº 3 – REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente pela Câmara Municipal o processo com a versão final da Revisão do Plano Director Municipal do Concelho de Lagoa – Açores, após a divulgação e ponderação dos resultados da discussão pública da Revisão do Plano Director Municipal de Lagoa, acompanhado do parecer da DROAP – Direcção Regional de Organização e Administração Pública, conforme previsto no nº 3 do artigo 6º do Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A, de 23 de Maio, que emitiu parecer favorável sobre a referida versão final.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Aprovar a Revisão do Plano Director Municipal do Concelho de Lagoa – Açores;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que gostava que ficasse registado em acta que votaram, favoravelmente, apesar de algumas sugestões que fizeram não terem sido aceites.

#### **PONTO Nº 4 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o lançamento anual de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, o Concelho de Lagoa tem evidenciado um crescimento ao nível do número de empresas nos últimos anos, que se apresentou acima da média regional;

Considerando que, é objectivo da Câmara Municipal melhorar a competitividade e a economia no âmbito do sector empresarial, criando, para tal, condições adequadas à fixação de mais empresas e respostas às expectativas dos empresários;

Considerando que, é o objectivo da Câmara Municipal de Lagoa continuar a incentivar a actividade comercial, turística e industrial da grande maioria das empresas do Concelho, bem como criar condições para a criação de novas empresas e postos de trabalho;

Proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, que:

a) De acordo com o preconizado no nº 1 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, delibere o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território;

b) Que nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei acima mencionada, delibere lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.”

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Francisco Vieira e Cláudia Galego a proposta que leu e abaixo se transcreve:

##### **“Proposta - Lançamento da Derrama - 2012**

Atendendo ao facto de as empresas viverem cada vez mais situações difíceis devido à conjectura económico-financeira, em boa parte resultante de decisões incorrectas ou imponderadas oriundas doutros tempos, potenciadora de desemprego e de insegurança, considerando que as micro e as pequenas empresas são também geradoras de emprego e de estabilidade familiar e que a autarquia deve ser um agente facilitador e/ou promotor de condições necessárias ao desenvolvimento económico destas empresas, propomos à Assembleia Municipal, tal como no ano anterior, o seguinte:

1. Que nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, delibere lançar uma taxa reduzida de 0,10% para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os €150.000,00.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 16 (dezassex) votos a favor, 3 (três) votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e

Cláudia Galego e 1 (uma) abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte membros presentes:

**1º** Autorizar o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00, nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 5 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Em 12 de Novembro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei nº 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o nº 5 do artigo 112º do referido Decreto - Lei os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº1 do citado artigo.

Sobre o assunto, proponho à Câmara Municipal para ser presente à Assembleia Municipal, a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%.”

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Francisco Vieira; Cláudia Galego e Rosa Borges a proposta que leu e abaixo se transcreve:

“Proposta - Imposto Municipal sobre Imóveis - 2012

Em 12 de Novembro de 2003 foi publicado o Decreto-lei nº 287/2003 que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o nº 4 do artigo 112º do referido Decreto-Lei, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº 1 do citado artigo.

É nossa obrigação contribuir de forma concreta para o bem-estar das populações. Cientes deste facto, bem como da realidade social e financeira em que vivemos, onde sobretudo a classe média terá, uma vez mais, de suportar os custos de decisões incorrectas ou imponderadas, oriundas doutros tempos, propomos, tal como nos últimos anos que se proceda a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2012 nos seguintes valores:

1. Prédios urbanos 0,6%;
2. Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,25%."

Sobre o IMI o membro Roberto Oliveira expôs que há quem defenda que será a principal fonte de receita nos próximos tempos dos Municípios e haverá nova legislação, neste sentido.

A receita do IMI anda à volta de 10% da receita corrente da Câmara Municipal de Lagoa, mas acha que na Câmara Municipal de Lagoa o IMI tem potencialmente tendência para crescer. Nos próximos tempos, poderemos ultrapassar para o dobro, se accionarmos algumas medidas que estão ao alcance da Câmara Municipal de Lagoa. Este ano as coisas estão a correr mal, porque o Senhor Presidente da Câmara Municipal já anunciou que houve "uma redução em 3% no IMI arrecadado nos primeiros oito meses do ano, em relação ao período homólogo de 2010" e também anunciou que "a Câmara Municipal de Lagoa é pioneira a nível das autarquias regionais a adoptar um sistema electrónico da DGCI" e comentou que isso será uma mais-valia para o aumento da receita. Expôs que esta receita tem que ser vista de forma diferente do que se vê a derrama porque se perspectiva que seja um imposto que contribuirá para o aumento da receita. Perguntou se este serviço tem que ser feito por um gabinete competente, não está a pôr em causa, mas parece-lhe que na Câmara Municipal de Lagoa, até agora, não se está a encarar o IMI da maneira mais positiva, em termos de receita.

Mais referiu que não lhe custa aprovar a proposta apresentada pelo PSD porque menos 0,05% até é mais justo para aqueles que pagam e defendeu que há maneira de fazer aqueles que não pagam virem a pagar. O aumento da população no Concelho de Lagoa e o aumento de construção no Concelho de Lagoa, são índices que dizem que se não há aumento de receita de IMI, alguma coisa não funciona, porque a receita tem vindo a subir nos últimos três anos, sendo o valor da receita arrecadada no ano anterior, de 698.000,00 €. Referiu ainda que a actualização desse serviço depende, nomeadamente, dos terrenos que passam de rústicos para urbanos que automaticamente são motivo para actualização do

IMI, bem como, o registo da construção de novas casas e questionou se estas situações estão a ser devidamente fiscalizadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que esse serviço não depende da Câmara Municipal, o seu raciocínio está errado, as conclusões estão certas mas está a partir de uma premissa errada.

O membro Roberto Oliveira referiu que quem cobra o IMI é o Serviço de Finanças mas esse imposto não é para a Direcção de Finanças é para os Municípios. Perguntou se o Senhor Presidente da Câmara garante que na Câmara Municipal de Lagoa tem um gabinete de acompanhamento e fiscalização da execução do IMI no Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a única intervenção que a Câmara Municipal Lagoa teve no processo do IMI foi na fase inicial, definição dos zonamentos e agora, mais recentemente, houve uns acertos nos zonamentos que contribuiu para que o factor que acresce ao valor a pagar, em função da avaliação que é feita dos imóveis. Expôs que o Código do IMI refere que são sujeitas a novas avaliações, as construções novas, depois de decorridos os prazos de isenção, as transmissões que são feitas através de vendas e as que são feitas por motivo de óbito e as ampliações de construções existentes, só são estas as situações em que se procede a uma reavaliação.

Mais informou que o Governo da República assumiu um plano em que até 2012, todas as habitações teriam que ser reavaliadas, só que, esse objectivo nunca foi concretizado, ou seja, nós tínhamos e temos consciência disso que se todos pagássemos IMI justo, até tínhamos condições de baixar as taxas, e o que neste momento se passa são situações perfeitamente injustas. Há pessoas com casas pequenas, mas que fizeram obras e estão a pagar 200,00 € por ano enquanto outras pessoas com "palácios" estão a pagar 30,00 € por ano. Opinou que é o imposto mais injusto que existe neste momento.

Informou ainda que as isenções vão acabar e o que vai acontecer, é que muitas habitações e apartamentos que estão no período de isenção vão começar a pagar. Vai haver um aumento do IMI e a questão de fundo que o Governo ainda não sabe, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses está a tentar e entende, é que estas receitas deviam de ser para as Câmaras Municipais, para reduzir os passivos das Câmaras, mas a Troika acha, ou já deu a entender, que estas receitas são para consolidação orçamental do Estado Central, o que não engloba as Autarquias.

Não pode ser imputada à Câmara Municipal qualquer responsabilidade sobre essa matéria. Respondendo à sua questão não precisamos de ter gabinete e não temos, o que temos e



sempre tivemos, ainda antes do IMI, é uma trabalhadora paga pelo Município que está a trabalhar na Repartição de Finanças de Lagoa, e que foi com o objectivo de actualizar as matrizes prediais, quando os sistemas ainda não eram tão agilizados, como são neste momento, ou seja, não é por inoperância da Câmara Municipal de Lagoa que não temos mais receita de IMI. As Câmaras só recebem das Finanças aquilo que as Finanças conseguem arrecadar e se a diferença de cerca de 3% a menos existe, pois também existe muita gente que não está, nesta altura, a conseguir pagar o IMI, desde logo, menos receitas arrecadadas pelas Finanças significam menos transferências efectuadas para as Câmaras Municipais. O que é preciso de facto, e que o Estado devia fazer é acelerar o processo de reavaliação, colocar todas as pessoas a pagar, porque se todos pagarem há possibilidade de reduzir as taxas.

Estima-se que mais de 50% das habitações estejam com avaliações antigas, mas não se sabe ao certo, as Finanças não dão essa informação, ao nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses já foi questionado várias vezes mas não dão essa informação.

Não faz sentido, em sua opinião, a proposta apresentada pelo PSD porque neste momento, vai contra aquilo que o próprio PSD e o CDS vão aplicar no Governo da República, obviamente, que por conta do Memorando da Troika que é aumentar a receita proveniente desse imposto e por outro lado, esse é um imposto importante para a Autarquia, tem um peso bastante considerável nas nossas receitas, principalmente, na receita corrente. Disse ainda que, por via de perda de impostos, nomeadamente, o IMT, taxas e licenças e as próprias transferências do Orçamento do Estado, e comparando as receitas do primeiro semestre do ano anterior, com o primeiro semestre deste ano, existe uma redução de receita corrente, proveniente de impostos, de 16,6% que é um valor preocupante que tem a ver essencialmente com a crise. O sector imobiliário parou, não há licenciamentos, não há obras, não se vende casas, é uma situação complexa, ou seja, agravar mais esta situação, não lhe parece que seja bom para ninguém.

O membro Roberto Oliveira referiu que aceita a explicação do Senhor Presidente da Câmara mas a sua questão é que o IMI não tem subido muito e este ano está abaixo 3% em relação ao ano anterior e não faz sentido, se há aumento da população e aumento da construção, há mais incidência.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que estas situações estão dentro do período de isenção.

O membro Roberto Oliveira referiu que a construção de armazéns, do sector industrial cresceu no Concelho de Lagoa e esses armazéns não têm isenção, logo depreende que há algo que não está bem. Questionou quantos terrenos passaram nos últimos anos no Concelho de Lagoa de rústicos para urbanos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a melhor garantia que nós temos que este serviço está a funcionar bem é que a arrecadação de receita conta para os objectivos dos trabalhadores das Repartições de Finanças e eles querem arrecadar o máximo de receita que puderem.

O membro Roberto Oliveira referiu que a sua preocupação foi apresentada.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 16 (dezassex) votos a favor, 3 (três) votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Cláudia Galego e 1 (uma) abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte membros presentes:

**1º** A afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2012, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 6 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas) prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP).

De acordo com a alínea b) do nº 2 do art. 106º da referida lei, a taxa deverá ser aprovada anualmente por cada Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%, pelo que proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2012, em 0,25%.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 16 (dezassex) votos a favor, 3 (três) votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Cláudia Galego e 1 (uma) abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte membros presentes:

**1º** A afixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2012, em 0,25%;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## **PONTO Nº 7 - PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE COMPUTADORES PORTÁTEIS:**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Computadores Portáteis, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre a referida proposta de alteração ao Regulamento.

O membro Roberto Oliveira referiu que sobre a alteração ao Regulamento de Atribuição de Computadores Portáteis não tem nada contra, o seu voto é favorável, mas fazia aqui uma observação. Já viu pela televisão a entrega dos Computadores Portáteis aos alunos e achou o local menos próprio, entende que a entrega dos Computadores Portáteis aos alunos devia ser num ambiente escolar de maneira que sirva de exemplo para toda a comunidade escolar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a entrega dos Computadores Portáteis aos alunos já foi realizada na Escola, o último ano é que não foi na Escola, porque coincidiu com o período de férias escolares.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração ao Regulamento de Atribuição de Computadores Portáteis, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e cinquenta e três minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que desejou boa noite a todos e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---